

# Projeto de lei pode evitar novo plano

Edson Gês 24.01.91

*Economia Brasil*

17 MAI 1991

JORNAL DE BRASÍLIA

**Flora Holzmann e  
Marizete Mundim**

O governo já tem uma alternativa, elaborada no Congresso, para manter a austeridade monetária, apesar das pressões políticas a que está sujeito, sem que para isso seja necessário um novo plano que lastreie a moeda nacional às reservas cambiais. Os deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ) e César Maia (PMDB-RJ), apresentaram ontem ao Congresso projeto de lei que assegurará a total independência do Banco Central, estabelecendo, por exemplo, que o lucro do BC só poderá ser usado para resgate de títulos da dívida pública.

Com isso ficaria inviabilizado o financiamento do déficit público através da colocação de novos títulos ou ainda através da remuneração dos recursos do Tesouro depositados no Banco Central.

O novo presidente do Banco Central, Francisco Gros, prometeu

apoio ao projeto. Na última terça-feira, quando foi sabatinado no Senado, ele chegou a dizer: "Se os srs. querem uma atuação do banco iminentemente técnica, então me deem essa atribuição". Essa independência será fundamental para enfrentar o conjunto de fatores que, em setembro, criará todas as condições para uma explosão inflacionária: desbloqueio dos cruzados; nova política salarial; fim do congelamento, e indefinição da negociação externa.

## Apoios

A proposta dos deputados conta com o apoio fechado do PDS, através do endosso concedido por seus representantes econômicos, Delfim Netto e Roberto Campos, e com a simpatia do PMDB e PFL. Ela prevê, por exemplo, que todos os cargos de comissão e confiança terão de ser ocupados por funcionários de carreira. Estabelece, ainda, a extinção do Conselho Monetário Nacional, que será substituído pelo

Conselho Deliberativo do BC, que contará com representantes da iniciativa privada, mas terá três funcionários de carreira na sua composição.

A diretoria-executiva do Banco Central, pelas normas propostas no projeto de lei, será composta de cinco nomes indicados pelo Presidente da República e três, escolhidos dentro do quadro de funcionários permanentes. Com isto, segundo César Maia, estará assegurada uma certa estabilidade na condução da política monetária e, mais que isso, a total independência de sua condução.

"O Banco Central passaria a ter a mesma independência que hoje desfruta a Procuradoria Geral da República", compara Dornelles. Os funcionários executivos, embora escolhidos pelo Presidente, não podem ser demitidos enquanto durar seus mandatos, o que lhes dá total liberdade para negar, por

exemplo, um pedido político do próprio Presidente, tal como evitar a intervenção em um banco estadual quebrado.

## Rodízio

Pelo novo esquema, embora o mandato dos diretores executivos seja de seis anos, a cada exercício será renovado 1/5 da diretoria. Este rodízio será uma segurança extra de que a política monetária será totalmente independente. "Se o governo tiver sensibilidade", ponderou César Maia, "ele próprio será um entusiasta do projeto. Já que ele lhe assegurará condições para não ceder às enormes pressões do setor privado, dos governos estaduais e dos municipais".

César Maia adiantou que especialmente "neste momento em que o governo vive outra conjuntura de desestabilização e tem dificuldades de dizer não", o projeto que promove a independência do Banco Central vem em boa hora.



**Maia: BC igual à Procuradoria**